

MANDATO

Sarney aceita cinco anos. Mas quer saber qual o regime.

Foto de Alencar Monteiro

O presidente Sarney concordará em abrir mão de um ano de seu mandato de seis anos, se a futura Constituição decidir que a duração do mandato presidencial será de cinco anos, segundo disse ontem o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Com isso, não haveria necessidade de o mandato do presidente Sarney ser regulamentado nas disposições transitórias da futura Carta Magna, conforme explicou, acrescentando, contudo, que o presidente acha mais importante a definição do futuro regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista.

De acordo com a avaliação de Saulo Ramos, mais importante do que uma decisão, agora, sobre o tempo de duração do mandato presidencial, é a necessidade de uma definição imediata da futura Constituição, que deve estar pronta dentro de seis meses, no máximo. "O que o mundo está aguardando" — acentuou — "é uma definição sobre a nova ordem econômica do País, detalhando o que será dado para a propriedade privada e para o capital estrangeiro, por exemplo, além da ordem social". "Os investimentos no Brasil pararam", de acordo com Saulo Ramos, porque não se sabe o que a Constituinte vai decidir.

A futura Constituição só deverá tratar do mandato do presidente Sarney em suas disposições transitórias se sua duração for diferente do que estiver estabelecido no corpo da Carta Magna. Se a nova Constituição disser que o mandato presidencial será de cinco anos quando ela for promulgada, essa determinação, conforme o consultor-geral da República, também estará valendo para o presidente Sarney. Ele lembrou o exemplo da Constituição de 1946, quando o marechal Dutra, que tinha um mandato de seis anos, concordou em reduzi-lo em um ano igualando-se aos futuros chefes de Estado. Dessa forma, lembrou, não houve necessidade de disposição transitória tratando do assunto.

"Constituição é uma negociação", observou Saulo Ramos, para explicar os entendimentos que podem ocorrer para a fixação do mandato. Entretanto, disse que o presidente gostaria de saber, primeiro, se o País terá o presidencialismo ou parlamentarismo, lembrando que, no segundo caso, o presidente ficará como chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro exercerá a função de chefe de governo. O consultor-geral considerou, ainda, procedente a tese defendida pelo ministro Marco Maciel do direito adquirido para o mandato do presidente Sarney, porque ele foi eleito por um período de seis anos, vigente na Constituição atual, mas acha que Sarney poderá concordar com a redução.

Negociação

Em Brasília, observadores políticos e parlamentares experientes estimavam ontem ser inviável a definição formal da Constituinte sobre a duração do mandato do presidente Sarney, antes de sua próxima viagem em maio ao Exterior, como o presidente deseja. Ela somente seria possível, agora, através da aprovação de emenda constitucional, por dois terços dos membros da Câmara e do Senado — o que não parece ser desejo dos atuais deputados e senadores. Fora disso, ele terá de esperar pela promulgação da futura Constituição, que decidirá o assunto.

Ouvidos ontem a respeito, a maioria dos constituintes preferiu sugerir que os partidos que compõem a Aliança Democrática — PMDB e PFL — venham a assumir compromisso público em torno da fixação do mandato para satisfazer às inquietações do presidente Sarney, manifestadas anteontem ao líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, durante café da manhã no Palácio da Alvorada.

Dois dos mais atuantes constituintes do PMDB — Mário Covas (SP) e José Richa (PR) — são favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney, mas discordam da posição do chefe do governo, de solicitar da Constituinte a definição a curto prazo do tempo de duração do seu mandato, sob a alegação de que isso seria importante nas negociações da dívida externa. Richa comentou que as negociações internacionais são feitas, obviamente, entre nações e não entre pessoas. "São de país para país" — acrescentou Covas.

O ex-governador do Paraná acha que se o presidente da República realmente desejar a definição sem muita demora, os partidos que o apóiam poderiam se reunir e resolver o problema. No entanto, se o debate for iniciado agora, segundo entende Richa, corre-se o risco de perturbação dos trabalhos da Constituinte e, ainda, de ser aberto, prematuramente, o debate sucessório.

Mário Covas, por sua vez, lembrou que há duas etapas a vencer para completar a transição democrática: promulgar a nova Constituição e convocar eleição presidencial direta. Por isso, acha que o mandato de Sarney deveria ser de quatro anos, acentuando: "Sabe o que vai dar? Cinco anos. Tudo bem".

José Richa discordou da tese de alguns dirigentes do seu partido, de que a duração do mandato presidencial depende do desempenho do governo: "Isso não pode prevalecer. Você já imaginou se a moda pega?" — perguntou.

"Acho difícil descobrir um *modus faciendi*, mesmo achando certa a argumentação de que é difícil a um presidente temporário comandar a economia" — disse o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. "Se a Constituinte decidisse, abrir-se-ia um precedente. Se a decisão fosse tomada por dois terços do Congresso não teria sentido. Só se ele enviar projeto, renunciando à parcela do mandato", afirmou.

"Se para votar o regimento, gastamos quase quarenta dias, como se pode resolver até maio o problema da duração do mandato do presidente?", pergunta Lúcio Alcântara, presidente regional do PFL do Ceará. "Vamos sentar e discutir o que é conveniente para o País, o que ele (Sarney) pode aceitar e, dentro desse quadro, definir o mandato. O que não pode é continuar essa desconfiança mútua", concorda Jutahy Magalhães (PMDB-BA).